

GREEN4T PARTICIPAÇÕES S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis individuais e
consolidadas

Em 31 de dezembro de 2019

GREEN4T PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2019

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas e Administradores da
Green4T Participações S.A.
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Green4T Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como "Controladora" e "Consolidado", que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Green4T Participações S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, de base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 20 de março de 2020.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Roberto Camargo', written over the printed name.

Roberto Camargo
Contador CRC 1 SP 191164/O-7

GREEN4T PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018			2019	2018	2019	2018
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	5	211	9	20.502	627	Fornecedores	15	195	35	32.632	4.390
Contas a receber	6	-	-	38.897	8.465	Empréstimos e financiamentos	16	-	-	15.897	-
Estoques	7	-	-	5.569	418	Arrendamento mercantil	17	619	-	4.478	-
Impostos a recuperar	8	37	-	19.197	1.564	Debêntures	18	10.764	-	10.764	-
Despesas antecipadas		6	30	562	225	Obrigações tributárias	19	16	1	8.868	2.278
Outros créditos		101	-	6.696	2.020	Salários e encargos	20	959	-	9.722	1.499
Total do ativo circulante		355	39	91.423	13.319	Adiantamentos de clientes	6	-	-	4.810	-
NÃO CIRCULANTE						NÃO CIRCULANTE					
Créditos com terceiros		851	-	12.246	-	Dividendos a pagar		-	3.300	-	3.300
Partes relacionadas	10	233	-	-	-	Outras contas a pagar		7.063	530	9.912	677
Impostos diferidos	9	-	-	71.725	-	Total do passivo circulante		19.616	3.866	97.083	12.144
Outros créditos		-	-	5.643	47	NÃO CIRCULANTE					
Investimentos	11	937.941	5.428	-	-	Empréstimos e financiamentos	16	-	-	3.638	-
Ativos de direito de uso	12	2.767	-	15.600	-	Arrendamento mercantil	17	2.646	-	12.567	-
Imobilizado	13	94	-	16.396	3.169	Debêntures	18	185.352	-	185.352	-
Intangível	14	-	-	771.474	235	Obrigações tributárias	19	-	-	606	-
Total do ativo não circulante		941.886	5.428	893.084	3.451	Adiantamentos de clientes	6	-	-	2.355	-
						Outras contas a pagar					
						Partes relacionadas					
						Impostos diferidos					
						Provisões para riscos					
						Total do passivo não circulante					
						PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
						Capital social					
						Reserva de capital					
						Reserva de lucros					
						Lucros (prejuízos) acumulados					
						Ajustes de avaliação patrimonial					
						Participação de acionistas não controladores					
						Total do patrimônio líquido					
						TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
TOTAL DO ATIVO		942.241	5.467	984.507	16.770			942.241	5.467	984.507	16.770

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GREEN4T PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	23	-	-	195.321	43.996
CUSTO DOS SERVIÇOS E DAS MERCADORIAS VENDIDOS	24	-	-	(108.737)	(20.343)
LUCRO BRUTO		-	-	86.584	23.653
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Despesas com vendas	25	-	-	(25.367)	(2.557)
Despesas gerais e administrativas	26	(3.003)	(29)	(38.573)	(11.130)
Resultado de equivalência patrimonial sobre investimentos	11	(279.547)	3.049	-	-
Outras receitas e despesas, líquidas	27	(11)	-	7.173	(229)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(282.561)	3.020	29.817	9.737
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	28	14	-	25.120	8
Despesas financeiras	28	(16.397)	(23)	(40.839)	(195)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(298.944)	2.997	14.098	9.550
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Correntes	9	-	-	(3.890)	(4.230)
Diferidos	9	-	-	(301.413)	-
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		(298.944)	2.997	(291.205)	5.320
ATRIBUÍVEL AOS:					
Acionistas controladores		(298.944)	2.997	(298.944)	2.997
Acionistas não controladores		-	-	7.739	2.323
Resultado por ação- R\$					
Acionistas controladores		(2.917,51)	14,99	(2.917,51)	14,99
Acionistas não controladores		-	-	75,55	11,61

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GREEN4T PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(298.944)	2.997	(291.205)	5.320
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES					
Resultado na conversão das demonstrações contábeis de controladas situadas no exterior		(4.236)	-	(21.896)	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO		<u>(303.180)</u>	<u>2.997</u>	<u>(313.101)</u>	<u>5.320</u>
ATRIBUÍVEL AOS:					
Acionistas controladores		(303.180)	2.997	(303.180)	2.997
Acionistas não controladores		-	-	(9.921)	2.323

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GREEN4T PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucro	Lucros (prejuízos) acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Patrimônio líquido dos acionistas controladores	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		1.200	-	-	2.559	-	3.759	86	3.845
Resultado do exercício		-	-	-	2.997	-	2.997	62	3.059
Constituição de reserva legal		-	-	150	(150)	-	-	-	-
Distribuição de lucros		-	-	-	(5.178)	-	(5.178)	-	(5.178)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		<u>1.200</u>	<u>-</u>	<u>150</u>	<u>228</u>	<u>-</u>	<u>1.578</u>	<u>148</u>	<u>1.726</u>
Aumento de capital	22	2	-	-	-	-	2	-	2
Constituição de reserva de capital		-	122.983	-	-	-	122.983	-	122.983
Recompra de ações		-	(20.575)	-	-	-	(20.575)	-	(20.575)
Deságio em transação de capital		-	(415)	-	-	-	(415)	-	(415)
Resultado do exercício		-	-	-	(298.944)	-	(298.944)	7.740	(291.204)
Capitalização de debentures em ações	18	-	836.837	-	-	-	836.837	-	836.837
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	(4.236)	(4.236)	(17.660)	(21.896)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	22	<u>1.202</u>	<u>938.830</u>	<u>150</u>	<u>(298.716)</u>	<u>(4.236)</u>	<u>637.230</u>	<u>(9.772)</u>	<u>627.458</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GREEN4T PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(298.944)	2.997	14.098	9.550
Ajustes para reconciliar o prejuízo antes do imposto de renda com o caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais:				
Resultado de equivalência patrimonial	279.547	(3.049)	-	-
Depreciações e amortizações	623	-	19.805	231
Baixas de ativo imobilizado e intangível	-	-	6	-
Provisões passivas	-	-	6.444	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(51)	-
Provisão para obsolescência nos estoques	-	-	(3.033)	-
Juros apropriados - empréstimos	-	-	962	-
Juros apropriados - arrendamentos	254	-	1.276	-
Juros e multas apropriados - debêntures	15.943	-	21.319	-
	(2.577)	(52)	60.826	9.781
Redução (aumento) em ativos operacionais:				
Contas a receber	-	-	5.818	(6.415)
Estoques	-	-	(210)	-
Impostos a recuperar	(37)	-	(4.838)	(1.137)
Partes relacionadas	32.313	23	(97)	-
Outros ativos	(78)	(30)	2.886	(1.960)
Aumento (redução) em passivos operacionais:				
Fornecedores	160	35	(15.739)	3.279
Obrigações tributárias	15	1	(3.384)	(2.457)
Obrigações trabalhistas	959	-	1.627	1.201
Adiantamentos de clientes	-	-	1.864	-
Outras contas a pagar	654	20	(19.762)	3.557
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-	-	(2.687)	-
Juros pagos - empréstimos	-	-	(2.124)	-
Juros pagos - arrendamentos	(254)	-	-	-
Juros pagos - debêntures	(2.192)	-	(2.192)	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	28.963	(3)	21.988	5.849
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Adições ao ativo imobilizado	(96)	-	(8.506)	(3.295)
Crédito concedido a terceiros	(851)	-	1.294	-
Fluxo de caixa líquido na aquisição de controladas	(422)	-	35.139	-
Aumento de capital em investida	(22.084)	-	-	-
Dividendos recebidos	-	1.884	-	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	(23.453)	1.884	27.927	(3.295)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Captação de empréstimos	-	-	4.000	-
Amortização de empréstimos	(123)	-	(4.840)	-
Amortização de debêntures	(5.446)	-	(5.446)	-
Pagamento de dividendos	(3.300)	(1.878)	(3.300)	(4.139)
Pagamento de dividendos a sócios minoritários de controladas	-	-	(5.914)	-
Alienação de novas ações emitidas	10.000	-	10.000	-
Recuperação de ações	(5.575)	-	(5.575)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	(4.444)	(1.878)	(11.075)	(4.139)
(REDUÇÃO) AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.066	3	38.840	(1.585)
Efeitos das mudanças de câmbio sobre o saldo de caixa mantido em moedas estrangeiras	(864)	-	(18.965)	-
Caixa e equivalentes de caixa:				
No início do exercício	9	6	627	2.212
No fim do exercício	211	9	20.502	627
(REDUÇÃO) AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.066	3	38.840	(1.585)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GREEN4T PARTICIPAÇÕES S.A. (EX FEENIX PARTICIPAÇÕES S.A.) E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Green4T Participações S.A., anteriormente denominada Feenix4T Participações S.A. ("Companhia", "Controladora" ou "Green4T") tem por objeto principal a exploração de atividade empresarial economicamente organizada, consistente na participação em outras sociedades empresariais ou simples, de atividade preponderantemente não financeira, na condição de sócia ou acionista, e a compra, venda e locação de bens imóveis próprios, residenciais e não residenciais.

A Companhia, através de suas controladas, atua no Brasil e no exterior (Argentina, Peru, Uruguai, Colômbia, Chile, Equador, México, Costa Rica e Trinidad e Tobago), preponderantemente como provedora de soluções de tecnologia e infraestrutura digital para empresas, cidades e nações. Atua no desenvolvimento de soluções e projetos voltados à infraestrutura digital de tecnologia da informação, comunicações, e "data centers" (segurança física para ambientes tecnológicos), centros inteligentes de comando e controle, incluindo a elaboração e implementação destas soluções e projetos "on" e "off premises", a execução de obras e adequações em instalações físicas, e o fornecimento, a instalação e a configuração de equipamentos, subsistemas, e mobiliário técnico. A Companhia atua ainda na prestação de serviços continuados que envolvem manutenção, suporte e monitoramento constante de ambientes de missão crítica; internet das coisas; na disponibilização de infraestrutura como serviço; em soluções de mobilidade urbana e cidades inteligentes; e no desenvolvimento de softwares para dispositivos móveis e programas de computador em geral.

1.1. Aquisição e incorporação de controlada

Em 10 de abril de 2018, foi assinado entre os sócios da Companhia e a NTN Participações S.A. ("NTN"), um Acordo de Associação e Outras Avenças, mediante o qual a NTN se comprometeu a vender 100% das ações da Auckland Participações S.A. ("Auckland"), controladora direta da Aceco TI Ltda., anteriormente denominada Aceco TI S.A. ("Aceco"), para a Companhia, sujeito a condição precedente consistente na reestruturação dos passivos financeiros da Auckland e da Aceco. Entre 10 de abril de 2018 e 9 de janeiro de 2019 a Administração da Companhia entrou em negociações com os credores da Auckland e da Aceco, celebrando nesse período uma série de acordos e instrumentos que culminaram na reestruturação completa dos passivos de ambas empresas no dia 9 de janeiro de 2019, data na qual foi efetivada a contribuição de 100% das ações da Auckland na Companhia, passando esta última a ser a nova controladora indireta da Aceco a partir dessa data.

Em 30 de abril de 2019, conforme deliberado em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a incorporação reversa da Auckland pela Aceco, nos Termos do Protocolo e Justificação de Incorporação. Esta incorporação está inserida em um processo de reorganização societária com o objetivo de simplificar a estrutura corporativa e reduzir custos administrativos e financeiros. Como resultado da incorporação, a Aceco tornou-se sucessora da Auckland em seus direitos e obrigações, sendo esta última extinta de pleno direito, e a Companhia passou a ser controladora direta da Aceco mediante a mesma participação que era detida pela Auckland, sendo preservada a participação dos sócios minoritários.

1.2. Outras aquisições

Dando continuidade à reestruturação societária e como parte de expansão das atividades da Companhia, outras aquisições ocorreram ao longo do exercício de 2019. Vide nota explicativa 4.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

A emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração da Companhia em 20 de março de 2020.

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", e as políticas contábeis adotadas no Brasil.

As políticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as IFRS e as políticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada exercício, conforme descrito nas políticas contábeis a seguir.

O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas é determinado nessa base, exceto quando determinado em norma específica sobre o tema.

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Green4T é como segue:

2.3. Base de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia:

- Tem o poder sobre a investida;
- Está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e
- Tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos.

A Companhia reavalia se retém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais de um dos três elementos de controle relacionados anteriormente.

A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o controle sobre a controlada e termina quando a Companhia perde o controle sobre a controlada. Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídas na demonstração do resultado e outros resultados abrangentes a partir da data em que a Companhia obtém o controle até a data em que a Companhia deixa de controlar a controlada.

Os ajustes e as eliminações decorrentes do processo de consolidação são realizados em documentos auxiliares, não originando nenhum tipo de lançamento na escrituração das entidades que formam a unidade de natureza econômico-contábil.

As demonstrações financeiras das controladas são levantadas na mesma data das demonstrações financeiras da controladora.

Das demonstrações financeiras consolidadas são eliminados:

- a) os valores dos investimentos da controladora em cada controlada e o correspondente valor no patrimônio líquido da controlada;
- b) os saldos de quaisquer contas decorrentes de transações entre as entidades incluídas na consolidação; e
- c) as parcelas dos resultados do exercício, do patrimônio líquido e do custo de ativos de qualquer natureza que corresponderem a resultados ainda não realizados de negócios entre as entidades, exceto quando representarem perdas permanentes.

Os resultados ainda não realizados, provenientes de negócios entre as entidades que formam a unidade de natureza econômico-contábil, somente se consideram realizados quando resultarem de negócios efetivos com terceiros.

No processo de consolidação das demonstrações financeiras, não se pode compensar nenhum ativo ou passivo pela dedução de outros passivos ou ativos, a não ser que exista um direito de compensação e este represente a expectativa quanto à realização do ativo e à liquidação do passivo.

Os impostos e contribuições relacionados às transações entre as entidades que formam a unidade de natureza econômico-contábil são reconhecidos na mesma proporção dos resultados ainda não realizados e classificados no ativo ou passivo a curto ou longo prazos como tributos diferidos.

Os resultados de entidade controlada são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas conforme segue:

- a) A partir da data da aquisição da participação.

b) Até a data da sua baixa.

As demonstrações financeiras de todas as entidades controladas, no País ou no exterior, incluindo filial, agência, sucursal, dependências ou escritório de representação, são consolidadas sempre que os respectivos ativos e passivos não estejam incluídos na contabilidade da controladora por força de normatização específica.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a Companhia mantinha as seguintes controladas diretas e indiretas:

	País	Participação - %	
		2019	2018
Controladas diretas:			
Green4T Soluções Ltda.	Brasil	100,00	99,75
Innovative Engenharia de Datacenter Ltda.	Brasil	100,00	100,00
Aceco TI Ltda.	Brasil	99,96	-
Scipopulis Desenv. e Análise de dados Ltda.	Brasil	100,00	-
Omid Solutions Tecnologia S.A.	Brasil	100,00	-
Data CC Holding Costa Rica S.A.	Costa Rica	75,00	-
Controladas indiretas:			
L&M Projetos e Gerenciamento Ltda. (a)	Brasil	100,00	-
Sismetel Ltda. (a)	Brasil	100,00	-
Arquenger Laboratório de Pesquisa Ltda. (a)	Brasil	100,00	-
Aceco TI Sucursal Colômbia S.A. (a)	Colômbia	100,00	-
Consórcio Aceco TI Protecompu (b)	Equador	80,00	-
Aceco TI Argentina Ltda. (c)	Argentina	100,00	-
Aceco TI Chile Ltda. (d)	Chile	100,00	-
Aceco TI Andina S.A.C. (d)	Peru	100,00	-
Aceco Colômbia S.A.S. (e)	Colômbia	100,00	-
Julter Corporation S.A. (e)	Uruguai	100,00	-
Aceco TI México S.A. (d)	México	100,00	-
Aceco TI Trinidad & Tobago Limited (e)	Trinidad e Tobago	100,00	-
Data Center Consultores S.A. (f)	Costa Rica	100,00	-
Data Center Consultores S.A. Sucursal Peru (g)	Peru	100,00	-
Data Center Consult. S.A. Sucursal Bogotá (g)	Colômbia	100,00	-
Data Center Summit DCS S.A. (f)	Costa Rica	100,00	-
Energías Altern.e Intellig.Artificial EAIA S.A. (f)	Costa Rica	100,00	-

(a) Participação de 100% da Aceco TI.

(b) Consórcio entre Aceco TI (80%) e a Protecompu CA (20%).

(c) Participação de 95% da Sismetel e 5% da Aceco TI.

(d) Participação de 99% da Sismetel e 1% da Aceco TI.

(e) Participação 100% Sismetel.

(f) Participação 100% Data CC Holding Costa Rica.

(g) Participação 100% Data Center Consultores.

2.4. Apresentação de segmentos operacionais

A Companhia desenvolve suas atividades de negócio considerando um único segmento operacional que é utilizado como base para a sua gestão e para a tomada de decisões; assim sendo, não estão sendo apresentadas informações por segmento.

2.5. Conversão de moeda estrangeira, moeda funcional e moeda de apresentação

a) Moeda funcional e de apresentação

Na elaboração das demonstrações financeiras de cada controlada incluída na consolidação e daquelas utilizadas como base para a avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional de cada empresa, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No fim de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são novamente convertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são novamente convertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira devem ser convertidos, utilizando a taxa vigente da data da transação.

Os ativos e passivos das controladas situadas no exterior são convertidos para reais (R\$) pela taxa de câmbio vigente no fim do exercício, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pela média do período. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido sob a rubrica "Ajuste de avaliação patrimonial".

	País	Moeda funcional
Green4T Soluções Ltda.	Brasil	Real
Innovative Engenharia de Datacenters Ltda.	Brasil	Real
Aceco TI Ltda.	Brasil	Real
Scipopulis Desenv. e Análise de Dados Ltda.	Brasil	Real
Omid Solutions Tecnologia S.A.	Brasil	Real
Data CC Holding Costa Rica S.A.	Costa Rica	Colon costa riquenho
Sismetall Ltda.	Brasil	Real
L&M Projetos e Gerenciamento Ltda.	Brasil	Real
Arquenger Laboratório Ltda.	Brasil	Real
Aceco TI Chile Ltda.	Chile	Peso chileno
Aceco TI Andina S.A.C.	Peru	Sol peruano
Aceco Colômbia S.A.S.	Colômbia	Peso colombiano
Aceco TI Argentina S.A.	Argentina	Peso argentino
Consórcio Aceco TI Protecompu	Equador	Dólar norte-americano
Julter Corporation S.A.	Uruguai	Peso uruguaio
Aceco TI México S.A.	México	Peso mexicano
Aceco TI Trinidad & Tobago Limited	Trinidad e Tobago	Dólar Trinidad e Tobago
Aceco TI Sucursal Colômbia S.A.	Colômbia	Peso colombiano
Data Center Consultores S.A.	Costa Rica	Colon costa riquenho
Data Center Consultores S.A. Sucursal Peru	Peru	Sol peruano
Data Center Consult. S.A. Sucursal Bogotá	Colômbia	Peso colombiano
Data Center Summit DCS S.A.	Costa Rica	Colon costa riquenho
Energias Altern.e Intellig.Artificial EAIA S.A.	Costa Rica	Colon costa riquenho

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

b) Conversão de moeda estrangeira

As operações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio no fim do exercício, referentes a ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionadas a ativos e passivos são apresentados na demonstração do resultado na rubrica "Resultado financeiro".

2.6. Combinações de negócios

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos pela Companhia, dos passivos incorridos pela Companhia na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações emitidas pela Companhia em troca do controle da adquirida. Os custos de transação relacionados a uma combinação de negócios, que não sejam associados à emissão de títulos de dívida ou de participação acionária, são reconhecidos como despesas à medida que são incorridos.

2.7. Ágio

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada por redução ao valor recuperável, se houver.

Para fins de teste de redução ao valor recuperável, o ágio é alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia (ou grupos de unidades geradoras de caixa) que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

As unidades geradoras de caixa às quais o ágio é alocado são submetidas anualmente a teste de redução ao valor recuperável ou, com maior frequência, quando houver indicação de que uma unidade poderá apresentar redução ao valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução ao valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por redução ao valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício. A perda por redução ao valor recuperável não é revertida em períodos subsequentes.

Quando da alienação da correspondente unidade geradora de caixa, o valor atribuível de ágio é incluído na apuração do lucro ou prejuízo da alienação.

2.8. Reconhecimento de receitas e despesas

a) Apuração do resultado de venda de soluções e projetos

As receitas e os custos relativos às soluções e projetos de forma geral (incluindo projetos de salas-cofre e "data centers") são apropriados ao resultado ao longo do período de execução desses projetos, que tipicamente duram de 3 a 24 meses. Os seguintes procedimentos são adotados:

- O custo incorrido (incluindo o consumo de itens de estoque) é apropriado integralmente ao resultado.
- É apurado o percentual do custo incorrido dos projetos em execução, em relação ao seu custo total orçado, sendo esse percentual aplicado sobre a receita dos contratos firmados, ajustado segundo as particularidades destes, sendo assim, determinado o montante das receitas a serem reconhecidas de forma diretamente proporcional ao custo incorrido.
- O montante das receitas reconhecidas com projetos, quando superior ao montante efetivamente recebido dos clientes, é registrado no ativo circulante ou não circulante na rubrica "Contas a receber". O montante recebido com relação aos projetos, quando superior ao reconhecido das receitas, é contabilizado na rubrica "Adiantamentos de clientes", no passivo circulante ou não circulante.

b) Prestação de serviços continuados, e outros

As demais receitas e os custos com serviços prestados e mercadorias vendidas são reconhecidas quando da transferência do controle, riscos e benefícios. Os demais resultados da operação, incluindo o resultado com serviços prestados com instalação, manutenção e suporte técnico, bem como as despesas (receitas) operacionais, são registrados em conformidade com o regime contábil de competência de exercícios.

2.9. Tributação

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou adiciona despesas não tributáveis ou tributáveis em outros exercícios, além de excluir alguns itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social são calculadas individualmente para cada empresa do grupo com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício. Em 31 de dezembro de 2019 as alíquotas de IRPJ e CSLL eram de 25% (com 10% de adicional sobre o valor que exceder a R\$20 multiplicado pelo número de meses da apuração) e 9% respectivamente.

Nos demais países onde a Companhia opera, existem diferentes alíquotas de impostos sobre a renda, conforme segue:

	<u>Alíquota - %</u>
Argentina	30
Chile	27
Peru	30
Colômbia	33
Uruguai	25
Equador	22
México	30
Trinidad e Tobago	25
Costa Rica	30

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. São reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente. Quando os impostos correntes e diferidos são originados da contabilização inicial de uma combinação de negócios, o efeito fiscal é considerado na contabilização da combinação de negócios.

Seu reconhecimento ocorre na extensão em que seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação do ativo fiscal diferido, com base em projeções de resultados elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitam a sua utilização total, ou parcial, mediante a constituição de uma provisão para a não realização do saldo.

Periodicamente, os valores contabilizados são revisados e os efeitos, considerando os de realização ou liquidação, estão refletidos em consonância com o disposto na legislação tributária. Sociedades que optam pelo regime de lucro presumido não podem compensar prejuízos fiscais de um período em exercícios subsequentes, e, por esse motivo, não são contabilizados tributos diferidos.

Caso a realização do imposto diferido ativo não seja provável, o saldo não é reconhecido, após avaliação efetuada anualmente. A Companhia apresenta o saldo de imposto diferido líquido, apurado por entidade jurídica.

c) Impostos sobre as vendas e serviços

No Brasil, para as operações de prestação de serviços de projetos de salas-cofre e "data centers", a contribuição ao Programa de Integração Social - PIS é calculada à alíquota de 0,65%, aplicada sobre o total das receitas operacionais. A Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS é calculada à alíquota de 3%, aplicável sobre a mesma base de cálculo do PIS (regime de cumulatividade).

Para as demais operações (outros serviços e venda de mercadorias), o PIS é calculado à alíquota de 1,65%, aplicado sobre o total das receitas operacionais, ajustadas pelas deduções e exclusões previstas pela legislação em vigor. A COFINS é calculada à alíquota de 7,60%, aplicável sobre a mesma base de cálculo do PIS (regime de não cumulatividade). O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS sobre vendas e o Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI possuem sistemática similar ao regime de não cumulatividade do PIS e da COFINS, sendo calculados sobre as receitas de vendas de mercadorias ajustadas pelas deduções e exclusões previstas pela legislação em vigor. As alíquotas do ICMS, às quais a Companhia está submetida em suas operações, variam de 12% a 18% e as do IPI de 0 a 20%.

O Imposto Sobre Serviços - ISS é calculado de forma similar ao regime de cumulatividade e sua alíquota depende do local de prestação dos serviços, no caso de projetos de salas-cofre e "data centers". As alíquotas das cidades onde a Companhia executa projetos podem variar de 2% a 5%.

Nos demais países onde a Companhia mantém operações, sobre as transações de vendas é cobrado o Imposto sobre Valor Agregado - IVA, cujas alíquotas são conforme segue:

	<u>Alíquota - %</u>
Argentina	21
Chile	19
Peru	18
Colômbia	19
Uruguai	22
Equador	12
México	16
Trinidad e Tobago	15
Costa Rica	13

2.10. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando uma entidade consolidada for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, quando aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Classificação de instrumentos financeiros

De acordo com o CPC 48 (IFRS 9), a classificação inicial dos ativos financeiros baseia-se no modelo de negócio que a Companhia utiliza para gerenciar seus ativos financeiros e nas características contratuais dos fluxos de caixa dos mesmos. Os ativos financeiros poder ser mensurados em três categorias:

- (i) ao custo amortizado;
- (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e
- (iii) ao valor justo por meio do resultado.

2.11. Ativos financeiros

A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando este se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber e créditos com terceiros.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescido, no caso de investimentos não designados ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição de ativo financeiro.

Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros são mensurados conforme os critérios a seguir:

Ao custo amortizado

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros a custo amortizado incluem:

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são instrumentos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses instrumentos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa efetiva de juros), menos perda por redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros classificados nessa categoria são os seguintes:

- Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários incluem, substancialmente, depósitos à vista e operações compromissadas, denominados em reais (R\$), para os quais não existem multas nem outras restrições para seu resgate, com o emissor do instrumento.

A abertura entre caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários por tipo de classificação está apresentada na nota explicativa nº 5.

- Contas a receber, partes relacionadas e créditos com terceiros

São classificados como empréstimos e recebíveis e demonstrados ao custo, acrescidos de variação monetária e juros, líquidos de ajuste a valor presente. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída por valor considerado suficiente pela Companhia para cobrir as perdas estimadas na realização dos créditos que não possuem garantia real.

- Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado.

As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

- Ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios.

Não obstante os critérios para os instrumentos de dívida ser classificados pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, os instrumentos de dívida podem ser designados pelo valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se isso eliminar, ou reduzir significativamente, um descasamento contábil.

2.12. Passivos financeiros

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os principais passivos financeiros incluem empréstimos e financiamentos, fornecedores e adiantamentos de clientes.

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Ganhos e perdas de passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos na demonstração do resultado.

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a Companhia não possui passivos financeiros classificados como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo instrumentos financeiros derivativos. Dessa forma, a Companhia também não tem como política contábil a utilização de "hedge accounting".

- Passivos financeiros ao custo amortizado

Após o reconhecimento inicial, outros passivos financeiros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e valores pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa efetiva de juros, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

No caso da Companhia, os outros passivos compreendem substancialmente empréstimos e financiamentos e fornecedores.

2.13. Desreconhecimento (baixa)

Ativos financeiros

Um ativo financeiro ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes, é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa, do ativo, expirarem; ou
- A Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, a um terceiro por força de um acordo de 'repasse' e; (a) transferir substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o controle sobre o mesmo. Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo. Nesse caso, também reconhece um passivo associado.

Passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Instrumento financeiro - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.14. Estoques

Os estoques de insumos e materiais para obras são demonstrados pelos custos médios, inferiores aos custos de reposição ou aos valores de realização.

As importações em trânsito, registradas nos estoques, são demonstradas pelo custo acumulado de cada importação.

São constituídas provisões para estoques com baixa movimentação.

2.15. Despesas antecipadas

Apropriadas ao resultado do exercício quando incorridas pelo regime de competência.

2.16. Bens de direito de uso

A mensuração inicial para registro dos bens de direito de uso a partir de 1º de janeiro de 2019 foi com base no custo do passivo de arrendamento de cada contrato da Companhia. Esta abordagem permite uma mensuração consistente e uma razoável aproximação do valor justo do direito de uso nesta data.

A partir do registro inicial, os bens de direito de uso passam a ser amortizados de forma linear de acordo com o período remanescente da vigência contratual.

Em contrapartida ao registro dos bens de direito de uso foram registrados os passivos de arrendamento mercantil circulantes e não circulantes, no grupo de empréstimos e financiamentos, descontados a valor presente pela taxa incremental estimada dos empréstimos, calculada em 8,45% a.a., e registrados em conta de ajuste a valor presente de arrendamentos redutoras dos respectivos passivos circulantes e não circulantes. Estas contas são reduzidas pelos pagamentos das prestações dos arrendamentos e pelo reconhecimento dos juros em conta específica no resultado financeiro da Companhia.

Caso haja revisão de estimativa do prazo de qualquer locação, a Companhia revisa o valor contábil do passivo de arrendamento para refletir os pagamentos a serem feitos ao longo do período revisado, que serão descontados com a mesma taxa de desconto aplicada no início do arrendamento e este ajuste será refletido no ativo de bens de direito de uso e amortizado pelo prazo remanescente do contrato. Da mesma forma, ocorrerão ajustes no passivo de arrendamento e no ativo de bens de direito de uso caso se faça necessário um ajuste da taxa de desconto utilizada na mensuração inicial.

O impacto da implementação do CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil (IFRS 16), está demonstrado na nota explicativa nº 3.

2.17. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda eventual. Ganho ou perda resultantes da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

A depreciação é calculada com base no método linear, tomando-se por base a vida útil estimada dos bens (nota explicativa nº 13).

A vida útil e os métodos de depreciação foram revisados pela Administração no encerramento do exercício social ou quando da ocorrência de algum evento relevante, não tendo ocorrido modificações, em relação às informações do exercício anterior.

Os ativos imobilizados estão sujeitos a análises periódicas sobre a deterioração de ativos ("impairment").

2.18. Ativos intangíveis

Demonstrados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicáveis. Os ativos intangíveis que têm vida útil definida possuem amortização calculada pelo método linear, com base em taxas determinadas com base na vida útil estimada dos ativos, conforme descrito na nota explicativa nº 14.

Os ativos intangíveis que não possuem vida útil definida são representados por marcas, patentes e ágio por rentabilidade futura, os quais não sofrem amortizações e são testados, no mínimo, anualmente por redução ao valor recuperável.

Ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios

Nas demonstrações financeiras consolidadas, os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios são reconhecidos separadamente do ágio e são registrados pelo valor justo na data da aquisição, o qual é equivalente ao seu custo.

Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os ativos intangíveis adquiridos em combinação de negócios são registrados ao valor de custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, assim como os ativos intangíveis adquiridos separadamente.

Baixa de ativos intangíveis

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

2.19. Redução ao valor recuperável (“impairment”)

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável, pelo menos, uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo ao qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.20. Benefícios a empregados

Os salários e benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem as remunerações fixas (salários, Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias e 13º salário, entre outros) e as remunerações variáveis. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício à medida que são incorridos.

2.21. Provisões

Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

Contratos onerosos

Obrigações presentes resultantes de contratos onerosos são reconhecidas e mensuradas como provisões. Um contrato oneroso existe quando os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam que sejam recebidos ao longo do mesmo contrato.

Passivos contingentes adquiridos em uma combinação de negócios

Os passivos contingentes adquiridos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo valor justo na data da aquisição. No fim do exercício, esses passivos contingentes são mensurados pelo maior valor entre o valor que seria reconhecido de acordo com a IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (equivalente ao pronunciamento técnico CPC 25) e o valor inicialmente reconhecido.

2.22. Ajuste a valor presente - ativos e passivos

Os elementos integrantes do ativo e do passivo, decorrentes de operações de longo ou curto prazos quando houver efeito relevante, são ajustados a valor presente. Desse modo, determinados elementos integrantes do ativo e do passivo são ajustados a valor presente, com base em taxas de desconto que visam refletir as melhores estimativas quanto ao valor do dinheiro no tempo.

2.23. Outros passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias até a data do balanço, cuja contrapartida é lançada ao resultado do exercício. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados ao valor presente com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

2.24. Dividendos

A proposta de distribuição de dividendos, efetuada pela Administração da Companhia, que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica "Dividendos a pagar", por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia; entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o período contábil a que se referem as demonstrações financeiras, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações, é registrada na rubrica "Dividendos adicionais propostos".

2.25. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia descritas nesta nota explicativa, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos, os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revisadas, se a revisão afetar apenas esse exercício, ou também em exercícios posteriores, se a revisão afetar tanto o exercício presente como exercícios futuros.

Principais julgamentos na aplicação das políticas contábeis e fontes de incerteza nas estimativas

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como a divulgação de passivos contingentes, na data do balanço. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem vida útil do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para redução ao valor recuperável de ativos, impostos diferidos ativos, provisão para garantia, provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis, mensuração do custo orçado de projetos, provisão para perdas com contratos onerosos, provisão para "overrun", base para a apuração da receita, e instrumentos financeiros.

Principais fontes de incertezas nas estimativas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, que podem resultar em valores diferentes quando da liquidação, são discutidas a seguir:

a) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (exceto ágio)

A Administração revisa anualmente e/ou quando ocorre algum evento específico o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e se o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas são lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

O valor contábil de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

b) Redução ao valor recuperável do ágio

Para determinar se o ágio apresenta redução em seu valor recuperável, é necessário fazer estimativa do valor em uso da unidade geradora de caixa à qual o ágio foi alocado. O cálculo do valor em uso exige que a Administração estime os fluxos de caixa futuros esperados oriundos das unidades geradoras de caixa e uma taxa de desconto adequada para que o valor presente seja calculado. Quando os fluxos de caixa futuros são inferiores ao esperado, pode ocorrer uma perda material por redução ao valor recuperável.

Em 31 de dezembro de 2019, o ágio foi submetido ao teste de redução ao valor recuperável e não foi identificada necessidade de novos ajustes ao seu valor contábil.

c) Provisões para riscos

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas (nota explicativa nº 21). A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos externos. As provisões são revisadas ao menos no encerramento de cada balanço e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação.

d) Custos orçados dos projetos

Os custos orçados, compostos principalmente pelos custos incorridos e custos previstos a incorrer para o encerramento dos projetos, são regularmente revisados, conforme a sua evolução, e os ajustes com base nessa revisão são refletidos nos resultados da Companhia. O potencial efeito de tais revisões nas estimativas, quando aplicável, afeta o resultado, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativas e Retificações de Erros.

e) Realização do imposto de renda diferido

O reconhecimento inicial e as posteriores análises da realização do imposto de renda diferido ocorrem quando seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação do ativo fiscal diferido, com base em projeções de resultados elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitam a sua utilização total, ou parcial, se for constituído o crédito integral.

2.26. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas e apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 641, de 7 de outubro de 2010, que aprovou o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

3. ADOÇÃO DAS IFRS'S NOVAS E REVISADAS

- a) As normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) novas e revisadas a seguir, em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019, foram adotadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

IFRS 16
IFRIC 23 / ICPC 22

Operações de Arrendamento Mercantil
Incerteza sobre Tratamento de Tributos
sobre o Lucro

O IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil exigiu que os arrendatários passassem a reconhecer os passivos dos pagamentos futuros e o direito de uso dos ativos arrendados para os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficaram substancialmente mantidos. O IFRS 16 substituiu o IAS 17/CPC 06 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações.

A Companhia aplicou inicialmente a IFRS 16 (CPC 06 (R2)) em 1º de janeiro de 2019, usando a abordagem prospectiva modificada. Sob essa abordagem, a informação comparativa não é exigida e o ativo de direito de uso é mensurado pelo mesmo valor do passivo de arrendamento.

Os impactos identificados pela adoção nos ativos e passivos da Companhia foram certos contratos de locações de imóveis e de locação de veículos.

Estes impactos decorrentes da adoção inicial da IFRS 16 (CPC 06 (R2)) em 1º de janeiro de 2019 foram reconhecidos diretamente no balanço patrimonial, sem transitar pelo resultado do exercício, como segue:

<u>Consolidado</u>	<u>01.01.2019</u>
Ativos de direito de uso	9.934
Passivo de arrendamento mercantil	9.934

Em 31 de dezembro de 2019, os saldos de ativos de direito de uso e o passivo de arrendamento mercantil eram conforme segue:

<u>Ativos de direito de uso</u>	<u>Controladora</u>
	<u>Imóveis</u>
Em 01 de janeiro de 2019	-
Adições	3.388
Amortização (resultado operacional)	<u>(621)</u>
Em 31 de dezembro de 2019	<u><u>2.767</u></u>

<u>Ativos de direito de uso</u>	<u>Consolidado</u>			
			<u>Equip.</u>	
	<u>Imóveis</u>	<u>Veículos</u>	<u>Informática</u>	<u>Total</u>
Em 01 de janeiro de 2019	9.136	798	-	9.934
Adições	4.543	2.923	2.830	10.296
Amortização (resultado operacional)	<u>(2.966)</u>	<u>(1.448)</u>	<u>(216)</u>	<u>(4.630)</u>
Em 31 de dezembro de 2019	<u><u>10.713</u></u>	<u><u>2.273</u></u>	<u><u>2.294</u></u>	<u><u>15.600</u></u>

<u>Passivo de arrendamento mercantil</u>	<u>Controladora</u>
	<u>Imóveis</u>
Em 01 de janeiro de 2019	-
Adições	3.388
Juros (resultado financeiro)	254
Pagamento de arrendamentos	(377)
Em 31 de dezembro de 2019	<u>3.265</u>

<u>Passivo de arrendamento mercantil</u>	<u>Consolidado</u>			
	<u>Imóveis</u>	<u>Veículos</u>	<u>Equip. Informática</u>	<u>Total</u>
Em 01 de janeiro de 2019	9.136	798	-	9.934
Adições	4.542	2.923	2.830	10.296
Juros (resultado financeiro)	1.021	186	69	1.276
Pagamento de arrendamentos	(2.909)	(1.274)	(278)	(4.461)
Em 31 de dezembro de 2019	<u>11.791</u>	<u>2.633</u>	<u>2.621</u>	<u>17.045</u>

A maturidade dos contratos existentes em 31 de dezembro de 2019 é conforme segue:

<u>Vencimentos das prestações</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2020	892	6.314
2021	963	5.699
2022	968	4.686
2023	968	3.483
2024	70	220
Valores não descontados	<u>3.861</u>	<u>20.182</u>
Juros embutidos	<u>(596)</u>	<u>(3.137)</u>
Saldo do passivo de arrendamento	<u>3.265</u>	<u>17.045</u>

A seguir é apresentado quadro indicativo do direito potencial de créditos de PIS e COFINS embutidos nas contraprestações de arrendamentos:

<u>Fluxos de caixa</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>Nominal</u>	<u>Descontado a valor presente</u>	<u>Nominal</u>	<u>Descontado a valor presente</u>
Contraprestações	3.861	3.265	20.182	17.045
PIS/COFINS Potencial (9,25%)	357	302	1.867	1.577

O IFRIC 23 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro, esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro. Nessa circunstância, a entidade deve reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta interpretação.

A Administração da Companhia conduziu análises dos tratamentos fiscais que poderiam gerar incertezas na apuração dos tributos sobre o lucro, assim como mensurá-los e reavaliar aqueles que potencialmente poderiam expor a Companhia a riscos materialmente prováveis de perda. A Administração concluiu que nenhuma das posições relevantes adotadas pela Companhia sofreram alterações quanto ao julgamento da probabilidade de perdas geradas por eventuais questionamentos por parte das autoridades tributárias.

Não existem outras normas, alterações de normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter um impacto significativo decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras.

4. COMBINAÇÕES DE NEGÓCIOS

	Atividade principal	Data da aquisição	Proporção da participação (%)	Contraprestação transferida R\$
Auckland	<p> Holding controladora da Aceco TI Ltda., que atua no desenvolvimento de soluções e projetos voltados à infraestrutura digital de tecnologia da informação, comunicações, e "data centers", execução de obras e adequações em instalações físicas, fornecimento, instalação e configuração de equipamentos e mobiliário técnico, manutenção, suporte e monitoramento de ambientes de missão crítica.</p>	09/01/2019	100,00	11.000
Scipopulis	<p> Atua com soluções de mobilidade urbana e cidades inteligentes. Suas soluções ainda incluem assessoria e consultoria em informática, prestação de serviços de processamento eletrônico de dados em geral, desenvolvimento de softwares para dispositivos móveis e de programas de computador em geral.</p>	05/08/2019	99,96	1.000
Omid	<p> Atua com "Colocation", "Cloud", e outras soluções fornecimento de infraestrutura digital.</p>	01/11/2019	100,00	1
DCC	<p> Holding estabelecida na Costa Rica, com participação em controladas cujas atividades no geral estão relacionadas às atividades da Companhia, além de desenvolvimento de projetos de infraestrutura digital no geral.</p>	27/11/2019	75,00	2.551

4.1. Auckland Participações S.A.

a) Resumo da aquisição

A Auckland foi adquirida no contexto de sua reorganização financeira e societária, conforme descrito na nota explicativa 1. A Companhia vislumbrou uma oportunidade na reestruturação dos passivos financeiros e das operações da Auckland e suas investidas, adquirindo 100% do capital da mesma.

b) Contraprestação transferida

Contraprestação paga (*)	11.000
--------------------------	--------

(*) A liquidação da contraprestação se deu mediante a emissão de 15.714 novas ações ordinárias da Companhia, integralizadas pela NTN na data da aquisição, passando a Companhia a ser detentora de 100% das ações da Auckland Participações S.A. que foi avaliada em R\$11.000 nos termos e de acordo com o disposto na Lei das Sociedades por Ações.

c) Ativos adquiridos e passivos reconhecidos na data de aquisição

	Valor justos dos ativos líquidos		
	Circulante	Não circulante	Total
Ativos:			
Disponível	21.557	-	21.557
Aplicações financeiras	14.010	-	14.010
Clientes	25.192	-	25.192
Estoques	1.908	-	1.908
Impostos a recuperar	12.781	-	12.781
Créditos diversos	9.838	8.969	18.807
Despesas do exercício seguinte	432	-	432
Impostos diferidos	-	91.190	91.190
Depósitos judiciais	-	2800	2.800
Imobilizado	-	3.136	3.136
Intangível	-	321.824	321.824
	85.718	427.919	513.637
Passivos:			
Contas a pagar a fornecedores e outras	(57.742)	(19.292)	(77.034)
Empréstimos e debentures	(1.021.193)	(13.905)	(1.035.098)
Obrigações trabalhistas	(6.334)	-	(6.334)
Impostos a recolher	(8.084)	(1.817)	(9.901)
Créditos de clientes	(5.092)	-	(5.092)
Impostos diferidos	-	(120.881)	(120.881)
Provisões	-	(23.461)	(23.461)
Participação de acionistas minoritários	-	9.978	9.978
	(1.098.445)	(169.378)	(1.267.823)
Valor dos ativos líquidos adquiridos	(1.012.727)	258.541	(754.186)

d) Ágio gerado na aquisição	
Contrapartida transferida	11.000
Menos: valor justo de ativos líquidos identificáveis adquiridos	<u>(754.186)</u>
Valor excedente gerado na aquisição	<u><u>765.186</u></u>
Alocação do valor excedente por ativos identificados	
Marca Aceco TI	98.487
Relacionamento com clientes	42.463
Mais valia dos estoques	<u>1.175</u>
Total do valor justo dos ativos líquidos	<u>142.125</u>
Ágio gerado na aquisição	<u><u>623.061</u></u>

O ágio gerado na aquisição está fundamentado na expectativa de resultado futuro.

A Administração espera que o ágio originado dessa aquisição seja dedutível para fins fiscais.

Em 30 de abril de 2019 a Auckland foi incorporada por sua controlada direta Aceco TI Ltda., que a partir de então passou a ser controlada direta da Companhia.

4.2. Scipopulis Desenv. e Análise de Dados Ltda.

a) Resumo da aquisição

A Scipopulis Desenv. e Análise de Dados Ltda. ("Scipopulis") foi adquirida com o objetivo de expandir a gama de soluções disponíveis como parte da oferta ao mercado. A mesma atua no segmento de mobilidade urbana e cidades inteligentes.

b) Contraprestação transferida

Contraprestação paga	<u><u>1.000</u></u>
----------------------	---------------------

c) Ativos adquiridos e passivos reconhecidos na data de aquisição

	Valor justos dos ativos líquidos		
	Circulante	Não circulante	Total
Ativos:			
Disponível	1	-	1
Clientes	89	-	89
Créditos diversos	3	-	3
Intangível	-	1	1
	<u>93</u>	<u>1</u>	<u>94</u>
Passivos:			
Contas a pagar a fornecedores e outras	(4)	-	(4)
Impostos a recolher	(13)	-	(13)
Dividendos a pagar	<u>(60)</u>	-	<u>(60)</u>
	<u>(77)</u>	-	<u>(77)</u>
Valor dos ativos líquidos adquiridos	<u><u>16</u></u>	<u><u>1</u></u>	<u><u>17</u></u>

d) Ágio gerado na aquisição	
Contrapartida transferida	1.000
Menos: valor justo de ativos líquidos identificáveis adquiridos	<u>17</u>
Ágio gerado na aquisição	<u>983</u>

O ágio gerado na aquisição está fundamentado na expectativa de resultado futuro.

A Administração espera que o ágio originado dessa aquisição seja dedutível para fins fiscais.

4.3. Omid Solutions Tecnologia S.A.

a) Resumo da aquisição

A Omid Solutions Tecnologia S.A. ("Omid"), foi adquirida com o objetivo de ampliar o mercado de atuação da Companhia, através do fornecimento de infraestrutura como serviço.

b) Contraprestação transferida

Contraprestação paga	<u>1</u>
----------------------	----------

c) Ativos adquiridos e passivos reconhecidos na data de aquisição

	Valor justos dos ativos líquidos		
	Circulante	Não circulante	Total
Ativos:			
Disponível	85	-	85
Impostos a recuperar	13	-	13
Créditos diversos	371	-	371
Imobilizado	-	2.406	2.406
Intangível	-	1.553	1.553
	<u>469</u>	<u>3.959</u>	<u>4.428</u>
Passivos:			
Contas a pagar a fornecedores e outras	(786)	-	(786)
Empréstimos e financiamentos	(628)	(1.778)	(2.406)
Obrigações trabalhistas	(262)	-	(262)
Impostos a recolher	(3)	-	(3)
Outras contas a pagar	-	(2.200)	(2.200)
	<u>(1.679)</u>	<u>3.978</u>	<u>(5.657)</u>
Valor dos ativos líquidos adquiridos	<u>(1.210)</u>	<u>(19)</u>	<u>(1.229)</u>

d) Ágio gerado na aquisição	
Contrapartida transferida	1
Menos: valor justo de ativos líquidos identificáveis adquiridos	<u>(1.229)</u>
Ágio gerado na aquisição	<u>1.230</u>

O ágio gerado na aquisição está fundamentado na expectativa de resultado futuro.

A Administração espera que o ágio originado dessa aquisição seja dedutível para fins fiscais.

4.4. Data CC Holding Costa Rica S.A.

a) Resumo da aquisição

A DCC foi adquirida com o objetivo de ampliar a presença geográfica da Companhia na América Latina, que agora passa a contar com atuação na Costa Rica, América Central, o caribe e nos países localizados no norte da América do Sul.

b) Contraprestação transferida

Contraprestação paga	<u>2.551</u>
----------------------	--------------

c) Ativos adquiridos e passivos reconhecidos na data de aquisição

	Valor justos dos ativos líquidos		
	<u>Circulante</u>	Não <u>circulante</u>	<u>Total</u>
Ativos:			
Disponível	76	-	76
Clientes	959	-	959
Créditos diversos	237	-	237
Créditos com terceiros	-	4.547	4.547
Imobilizado	-	378	378
Intangível	-	4.937	4.937
	<u>1.272</u>	<u>9.862</u>	<u>11.134</u>
Passivos:			
Contas a pagar a fornecedores e outras	(2.709)	-	(2.709)
Impostos a recolher	(405)	-	(405)
Créditos com clientes	(209)	-	(209)
Empréstimos e financiamentos	-	(681)	(681)
Outras contas a pagar	-	(7.130)	(7.130)
	<u>(3.323)</u>	<u>(7.811)</u>	<u>(5.657)</u>
Valor dos ativos líquidos adquiridos	<u>(2.051)</u>	<u>2.051</u>	<u>-</u>

- **Ágio gerado na aquisição**

Contrapartida transferida	2.551
Menos: valor justo de ativos líquidos identificáveis adquiridos	-
Ágio gerado na aquisição	<u>2.551</u>

O ágio gerado na aquisição está fundamentado na expectativa de resultado futuro.

A Administração espera que o ágio originado dessa aquisição seja dedutível para fins fiscais.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Caixa	1	-	1.623	28
Bancos conta movimento	210	9	8.357	599
Operações compromissadas (*)	-	-	10.522	-
	<u>211</u>	<u>9</u>	<u>20.502</u>	<u>627</u>

(*) As aplicações financeiras referem-se a Operações Compromissadas, Certificados de Depósitos Bancários – CDB e Fundo DI com bancos de primeira linha, com liquidez diária e risco insignificante de mudança de valor, remunerados à taxa entre 60% e 101% do Certificado de Depósito Interbancários – CDI.

6. CONTAS A RECEBER E ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Faturas a receber de clientes	-	-	60.215	16.065
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(33.222)	-
Receitas a faturar (a)	-	-	17.589	112
Faturamento diferido	-	-	(5.685)	(7.712)
Total de contas a receber	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>38.897</u>	<u>8.465</u>
Adiantamentos de clientes	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>7.165</u>	<u>-</u>

(a) Serviços incorridos, mas ainda não faturados.

A abertura do saldo de faturas a receber de clientes por vencimento é conforme segue:

	Faturas a receber de clientes			
	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
A vencer	-	-	20.990	8.264
Títulos vencidos:				
Até 30 dias	-	-	3.854	6.518
De 31 a 60 dias	-	-	1.433	235
De 61 a 180 dias	-	-	1.467	1.048
De 181 a 365 dias	-	-	1.568	-
Mais de 365 dias	-	-	30.903	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>60.215</u>	<u>16.065</u>

As faturas a receber de clientes são registradas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, ajustados pela variação cambial, quando aplicável. Não existem encargos financeiros aplicáveis sobre esses títulos.

As contas a receber de clientes de longo prazo ou relevantes e com vencimento no curto prazo, sem juros, são ajustadas a valor presente com base na taxa média ponderada dos empréstimos e financiamentos da Companhia e suas controladas, líquida do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa está sumariada a seguir:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	-
Saldo incorporado por aquisição	-	(33.060)
Constituição	-	(3.760)
Constituição por estimativa (IFRS 9)	-	(212)
Reversão	-	3.810
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>-</u>	<u>(33.222)</u>

7. ESTOQUES

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Matérias-primas	-	-	4.228	-
Produtos acabados	-	-	319	-
Importação em andamento	-	-	39	-
Materiais para obras e serviços (*)	-	-	13.983	418
Provisão para obsolescência de estoque	-	-	(13.000)	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>5.569</u>	<u>418</u>

(*) Representados substancialmente por materiais que serão aplicados nos projetos e nas atividades de serviços continuados que estão em andamento nas controladas.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia, através de suas controladas, constituiu provisão para obsolescência dos itens de estoque não movimentados há mais de 365 dias. A Companhia avaliou e concluiu que esses materiais possuem baixa probabilidade de uso e recuperação do valor.

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
IRPJ a compensar	1	-	11.485	200
CSLL a compensar	-	-	1.617	65
INSS retido a compensar	-	-	2.849	952
ICMS a compensar	-	-	323	17
PIS a compensar	6	-	141	6
COFINS a compensar	30	-	651	30
Outros tributos	-	-	2.131	294
	<u>37</u>	<u>-</u>	<u>19.197</u>	<u>1.564</u>

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

A reconciliação do imposto de renda e da contribuição ao resultado efetivo da alíquota nominal para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 é conforme segue:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(298.945)	14.099
Alíquota combinada de imposto de renda e contribuição social	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Expectativa do benefício (despesa) de imposto de renda e contribuição social em relação ao lucro (prejuízo) contábil antes desses impostos, de acordo com a alíquota vigente	101.641	(4.794)
Diferenças permanentes e temporárias:		
Equivalência patrimonial	(95.046)	-
Prejuízo fiscal do exercício	-	(5.349)
Prejuízo fiscal de períodos anteriores	-	-
Provisões para riscos	-	1.636
Provisão para baixa do ágio - BAS e GA	-	-
Constituição de Impairment de IRPJ e CSLL diferidos ativos	-	(292.236)
Outras diferenças permanentes	(6.595)	(8.900)
Imposto de renda e contribuição social	-	(309.755)
Diferença de tributação de controladas no exterior	-	<u>4.452</u>
Imposto de renda e contribuição social	<u>-</u>	<u>(305.303)</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	(3.890)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	<u>(301.413)</u>

Para o exercício de 2018 a Companhia e suas controladas adotaram o regime do lucro presumido para apuração dos seus impostos diretos, conforme segue:

<u>Receita Bruta</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Prestação de serviços a 32%	-	38.540
Prestação de serviços a 8%	-	<u>10.069</u>
	-	48.609

Base tributável a 32%	-	12.333
Base tributável a 8%	-	805,52
	-	13.138
Receitas financeiras	-	21
Receita total tributável	-	13.159
Cálculo do imposto de renda e contribuição social		
Imposto de renda 15%	-	(1.151)
Adicional de imposto de renda 10%	-	(1.862)
Contribuição social 9%	-	(1.217)
	-	(4.230)

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O reconhecimento inicial e as posteriores avaliações do imposto de renda e da contribuição social diferidos ocorrem quando for provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação do ativo fiscal diferido, com base em projeções de resultado elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitam a sua utilização total, ou parcial, se for constituído o crédito integral.

Em 31 de dezembro de 2019, o imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Ativo:		
Benefício fiscal sobre ágio incorporada	-	291.522
Benefício fiscal sobre prejuízo acumulado	-	70.516
Provisão para pagamentos diversos	-	980
Provisão para demandas judiciais	-	4.445
Provisão para obsolescência dos estoques	-	3.142
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	3.165
Constituição de Impairment de IRPJ e CSLL diferidos ativos	-	(292.236)
Outros itens	-	2.833
	-	84.367
Provisão para perda	-	(12.642)
	-	71.725
Provisões passivas em controladas	-	710
	-	710
Ativo	-	71.725
Passivo	-	710

No contexto da reestruturação da Controlada Aceco TI, a Administração revisou suas estimativas sobre lucros tributáveis futuros e apurou crédito tributário cuja realização é provável no montante de R\$207.400, de uma base total de R\$555.303 em créditos tributários. A estimativa embasa o aproveitamento do montante de R\$70.516 do seu ativo diferido registrado em um período de 10 anos. Mediante o exposto a Administração constituiu impairment no valor de R\$292.236 sobre o total dos impostos diferidos ativos registrados após a incorporação da antiga controladora Auckland. A Administração constituiu, ainda, provisão para perda sobre ativos fiscais diferidos gerados por diferenças temporárias que no conjunto ultrapassem este valor.

De acordo com essas projeções, estima-se que o ativo referente ao imposto de renda e à contribuição social diferidos será realizado nos seguintes prazos:

<u>Ano</u>	<u>Controladora e Consolidado</u>
2020	5.900
2021	13.000
2022	17.000
2023	20.300
2024 em diante	151.200

10. PARTES RELACIONADAS

Os saldos a receber e a pagar decorrentes de transações comerciais entre partes relacionadas, incluídos nas rubricas "Contas a receber", "Outros créditos", "Fornecedores", "Contas a pagar por aquisição de participação" e "Partes relacionadas", bem como os custos e as despesas entre partes relacionadas estão demonstrados a seguir. As transações são realizadas em preços e condições específicas entre as partes.

Saldos em aberto com partes relacionadas

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<u>Ativo</u>				
Sismetal Ltda. ("Sismetal")	181	-	-	-
Scipopolis Desenv. e Análise de dados Ltda.	52	-	-	-
	<u>233</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<u>Passivo</u>				
Aceco TI Ltda.	70.526	-	-	-
Green4T Soluções Ltda.	12.081	23	-	-
Omid Solutions Tecnologia S.A.	1.600	-	-	-
Innovative Engenharia de Datacenter Ltda.	600	-	-	-
	<u>84.807</u>	<u>23</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Transações com partes relacionadas diretas e indiretas (resultado)

	<u>Controladora</u>	
	<u>Despesas/custos</u>	
	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Controladas:		
Aceco – repasse de despesas	2.685	-
Green4T Soluções – repasse de despesas	1.759	-
Sismetal – repasse de despesas	182	-
	<u>4.626</u>	<u>-</u>

Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração compreende o Presidente, os Diretores Estatutários e os Conselheiros de Administração. A Companhia não tem a prática de conceder benefícios pós-emprego de rescisão de contrato de trabalho.

A remuneração total paga ao pessoal-chave da Administração foi de R\$2.724 no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, registrada na rubrica "Salários, encargos sociais e participações" nos grupos de "Custos", "Despesas gerais e administrativas" e "Despesas comerciais".

11. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

Os investimentos nas controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial conforme demonstrado a seguir:

						<u>2019</u>
	<u>Participação direta - %</u>	<u>Patrimônio líquido</u>	<u>Lucro (prejuízo) líquido do exercício</u>	<u>Investime nto</u>	<u>Provisão para perda em investimento</u>	<u>Equivalência patrimonial</u>
<u>Investidas diretas</u>						
Green4T Soluções TI Ltda.	100,00	28.947	3.685	28.947	-	(2.229)
Innovative Engenharia de Datacenter Ltda.	100,00	897	(3.363)	1.107	-	(3.363)
Auckland Participações S.A.	100,00	-	(14.917)	759.886	-	(20.218)
Aceco TI Ltda.	99,96	134.619	(256.813)	134.567	-	(253.399)
Scipopulis Desenv. e Análise de Dados Ltda.	100,00	382	(35)	1.365	-	(35)
Omid Solutions Tecnologia S.A.	100,00	7.701	(70)	8.931	-	(70)
Data CC Holding Costa Rica S.A.	75,00	498	(311)	3.138	-	(233)
				<u>937.941</u>	<u>-</u>	<u>(279.547)</u>

						<u>2018</u>
	<u>Participação direta - %</u>	<u>Patrimônio líquido</u>	<u>Lucro (prejuízo) líquido do exercício</u>	<u>Investime nto</u>	<u>Provisão para perda em investimento</u>	<u>Equivalência patrimonial</u>
<u>Investidas diretas</u>						
Green4T Soluções TI Ltda.	97,75	6.576	6.899	6.428	-	4.559
Innovative Engenharia de Datacenter Ltda.	100,0	(1.200)	(1.510)	-	(1.210)	(1.510)
				<u>6.428</u>	<u>(1.210)</u>	<u>3.049</u>

Os saldos do investimento e da equivalência patrimonial referentes ao exercício de 2019 são reconciliados conforme segue:

<u>Investimento Green4T</u>	<u>31/12/2019</u>
Patrimônio líquido registrado na investida	28.947
Participação da Companhia	<u>99,99999%</u>
	28.947
<u>Equivalência patrimonial</u>	<u>31/12/2019</u>
Lucro do período registrado na investida	3.685
Participação da Companhia	<u>99,99999%</u>
	3.685
Distribuição de dividendos	<u>(5.914)</u>
Resultado de Equivalência Patrimonial	(2.229)

<u>Investimento Innovative</u>	<u>31/12/2019</u>
Patrimônio líquido registrado na investida	897
Participação da Companhia	<u>99,99997%</u>
	897
Ágio pago por expectativa de resultado futuro	<u>210</u>
Saldo do investimento	<u>1.107</u>
<u>Equivalência patrimonial</u>	<u>31/12/2019</u>
Prejuízo do período registrado na investida	(3.363)
Participação da Companhia	<u>99,99997%</u>
Resultado de equivalência patrimonial	(3.363)
<hr/>	
<u>Investimento Auckland</u>	<u>31/12/2019</u>
Patrimônio líquido registrado na investida	-
Participação da Companhia	<u>100,00%</u>
	-
Saldo referente à diferença no valor justo dos ativos líquidos identificados em aquisição de negócios	136.825
Ágio pago por expectativa de resultado futuro	<u>623.061</u>
Saldo do investimento	<u>759.886</u>
<u>Equivalência patrimonial</u>	<u>31/12/2019</u>
Prejuízo do período registrado na investida	(14.917)
Participação da Companhia	<u>100,00%</u>
Subtotal	(14.917)
Amortização do valor justo de intangível identificado em aquisição de negócios, líquido de efeitos tributários	<u>(5.301)</u>
Resultado de equivalência patrimonial	(20.218)
<hr/>	
<u>Investimento Aceco TI Ltda.</u>	<u>31/12/2019</u>
Patrimônio líquido registrado na investida	134.619
Participação da Companhia	<u>99,96%</u>
	134.567
<u>Equivalência patrimonial</u>	<u>31/12/2019</u>
Prejuízo do período registrado na investida	(253.497)
Participação da Companhia	<u>99,96%</u>
Subtotal	(253.399)
<hr/>	
<u>Investimento Scipopulis</u>	<u>31/12/2019</u>
Patrimônio líquido registrado na investida	382
Participação da Companhia	<u>99,9999%</u>
	382
Ágio pago por expectativa de resultado futuro	<u>983</u>
Saldo do investimento	<u>1.365</u>

<u>Equivalência patrimonial</u>	<u>31/12/2019</u>
Prejuízo do período registrado na investida	(35)
Participação da Companhia	<u>99,9999%</u>
Resultado de equivalência patrimonial	(35)

<u>Investimento Omid</u>	<u>31/12/2019</u>
Patrimônio líquido registrado na investida	7.701
Participação da Companhia	<u>99,999999%</u>
	7.701
Ágio pago por expectativa de resultado futuro	<u>1.230</u>
Saldo do investimento	<u>8.931</u>

<u>Equivalência patrimonial</u>	<u>31/12/2019</u>
Prejuízo do período registrado na investida	(70)
Participação da Companhia	<u>99,999999%</u>
Resultado de equivalência patrimonial	(70)

<u>Investimento DCC</u>	<u>31/12/2019</u>
Patrimônio líquido registrado na investida, sem capital social	(354)
Participação da Companhia	<u>75,00%</u>
	(266)
Capital social 100% aportado pela Companhia	852
Ágio pago por expectativa de resultado futuro	<u>2.551</u>
Saldo do investimento	<u>3.138</u>

<u>Equivalência patrimonial</u>	<u>31/12/2019</u>
Prejuízo do período registrado na investida	(311)
Participação da Companhia	<u>75,00%</u>
Resultado de equivalência patrimonial	(233)

A evolução do investimento nas controladas é demonstrada como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Saldos iniciais	5.428	2.379
Aquisições de investimentos	1.039.117	-
Baixa de controlada incorporada	(255.351)	-
Controlada adquirida por incorporação	357.336	-
Resultado de equivalência patrimonial	(273.633)	5.234
Distribuição de dividendos	(5.914)	(2.185)
Ajustes de avaliação patrimonial	(3.364)	-
Aportes em investimentos	<u>74.322</u>	-
Saldos finais	<u>937.941</u>	<u>5.428</u>
Ativo	937.941	6.428
Passivo	-	(1.000)
Saldo	<u>937.941</u>	<u>5.428</u>

12. ATIVOS DE DIREITO DE USO

<u>Ativos de direito de uso</u>	<u>Controladora</u> <u>Imóveis</u>
Em 01 de janeiro de 2019	-
Adições	3.388
Amortização (resultado operacional)	(621)
Em 31 de dezembro de 2019	<u>2.767</u>

<u>Ativos de direito de uso</u>	<u>Consolidado</u>			
	<u>Imóveis</u>	<u>Veículos</u>	<u>Equip. Informática</u>	<u>Total</u>
Em 01 de janeiro de 2019	9.136	798	-	9.934
Adições	4.543	2.923	2.830	10.296
Amortização (resultado operacional)	(2.966)	(1.448)	(216)	(4.630)
Em 31 de dezembro de 2019	<u>10.713</u>	<u>2.273</u>	<u>2.614</u>	<u>15.600</u>

13. IMOBILIZADO

	<u>Controladora</u> <u>Hardware</u>
Em 31 de dezembro de 2019:	
Saldo inicial	-
Aquisições	96
Depreciação	(2)
Saldo contábil, líquido	<u>94</u>
Em 31 de dezembro de 2019:	
Custo	96
Depreciação acumulada	(2)
Saldo contábil, líquido	<u>94</u>

Consolidado

	Hardware	Benfeitorias em imóveis de terceiros e instalações	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Ferramentas	Imobilizado em andam.	Outras imobilizações	Total
Em 31 de dezembro de 2018								
Saldo inicial	167	10	7	77	103	-	-	364
Aquisições	249	1.918	366	661	1	-	-	3.195
Depreciação	(119)	(119)	(54)	(85)	(13)	-	-	(390)
Saldo contábil, líquido	<u>297</u>	<u>1.809</u>	<u>319</u>	<u>653</u>	<u>91</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.169</u>
Em 31 de dezembro de 2018:								
Custo	416	1.928	373	738	104	-	-	3.559
Depreciação acumulada	(119)	(119)	(54)	(85)	(13)	-	-	(390)
Saldo contábil, líquido	<u>297</u>	<u>1.809</u>	<u>319</u>	<u>653</u>	<u>91</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.169</u>
Em 31 de dezembro de 2019:								
Saldo inicial	416	1.928	373	738	104	-	-	3.559
Saldos incorporados por aquisições	300	862	1.534	826	367	964	9	4.862
Aquisições	240	2.818	-	-	-	6.192	-	9.250
Alienações	-	-	-	(6)	-	-	-	(6)
Transferências	-	(220)	-	-	-	(271)	-	(491)
CTA	(25)	-	(12)	(1)	(11)	-	1	(48)
Depreciação	(136)	(274)	(133)	(96)	(89)	-	(2)	(730)
Saldo contábil, líquido	<u>795</u>	<u>5.114</u>	<u>1.762</u>	<u>1.461</u>	<u>371</u>	<u>6.885</u>	<u>8</u>	<u>16.396</u>
Em 31 de dezembro de 2019:								
Custo	931	5.388	1.895	1.557	460	6.885	10	17.126
Depreciação acumulada	(136)	(274)	(133)	(96)	(89)	-	(2)	(730)
Saldo contábil, líquido	<u>795</u>	<u>5.114</u>	<u>1.762</u>	<u>1.461</u>	<u>371</u>	<u>6.885</u>	<u>8</u>	<u>16.396</u>

As seguintes vidas úteis são utilizadas para cálculo da depreciação:

	<u>Vida útil</u>
Instalações	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Ferramentas	10 anos
Hardware	5 anos
Veículos	5 anos
Benfeitorias	5 anos

Foram realizados testes de recuperabilidade e não foram identificadas perdas nos itens do ativo imobilizado da Companhia, conforme a IAS 36 (pronunciamento técnico CPC 01 (R1)).

14. INTANGÍVEL

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Software (a)	-	-	1.431	237
Marcas e patentes (b)	-	-	104.612	-
Ágio (c)	-	-	628.035	-
Relacionamento com clientes (b)	-	-	47.658	-
Outros itens	-	-	4.576	-
Amortização acumulada	-	-	<u>(14.838)</u>	<u>(2)</u>
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>771.474</u>	<u>235</u>

(a) Refere-se principalmente aos gastos com aquisição e implantação de sistemas de informação e licenças para utilização de software, com vida útil de cinco anos (amortização de 20% ao ano).

(b) Referem-se aos ativos identificados na aquisição da Auckland.

(c) Referem-se aos valores de ágio em aquisições de controladas.

A movimentação do ativo intangível nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 é apresentada como segue:

	Software	Marcas e patentes	Consolidado		Outros itens	Total
			Ágio	Carteira de clientes		
Em 31 de dezembro de 2018:						
Saldo inicial	-	-	-	-	-	-
Aquisições	237	-	-	-	-	237
Baixas	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-
Amortização	(2)	-	-	-	-	(2)
Saldo contábil, líquido	<u>235</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>235</u>
Em 31 de dezembro de 2018:						
Custo	237	-	-	-	-	237
Amortização acumulada	<u>(2)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(2)</u>
Saldo contábil, líquido	<u>235</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>235</u>
Em 31 de dezembro de 2019:						
Saldo inicial	237	-	-	-	-	237
Saldos incorporados	709	307.490	628.035	152.346	4.576	1.093.156
Aquisições	485	8	-	-	-	493
Baixas	-	(202.886)	-	(104.688)	-	(307.574)
Amortização	(1.080)	(4.318)	-	(9.440)	-	(14.838)
Saldo contábil, líquido	<u>351</u>	<u>100.294</u>	<u>628.035</u>	<u>38.218</u>	<u>4.576</u>	<u>771.474</u>
Em 31 de dezembro de 2019:						
Custo	1.431	104.612	628.035	47.658	4.576	786.312
Amortização acumulada	<u>(1.080)</u>	<u>(4.318)</u>	<u>-</u>	<u>(9.440)</u>	<u>-</u>	<u>(14.838)</u>
Saldo contábil, líquido	<u>351</u>	<u>100.294</u>	<u>628.035</u>	<u>38.218</u>	<u>4.576</u>	<u>771.474</u>

15. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Contas a pagar a fornecedores (a)	195	35	29.282	4.390
Provisões para conclusão de projetos (b)	-	-	153	-
Provisões para comissões de representantes	-	-	3.197	-
	<u>195</u>	<u>35</u>	<u>32.632</u>	<u>4.390</u>

(a) Compostas substancialmente por fornecedores de serviços, materiais de consumo, obras e infraestrutura, aluguéis e fornecedores de informática.

- (b) Provisões constituídas para projetos identificados em que o custo para conclusão da obra ultrapassa a receita total. A provisão é revertida à medida que os custos forem realizados.

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Encargos financeiros	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
		<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Moeda nacional:					
Capital de giro	9,00%		-	4.000	-
Moeda estrangeira:					
Aceco TI Chile Ltda. (b) – Pesos chilenos	De 5,80% a 6,60%	-	-	14.214	-
Data CC Holding (c) – Colon Costa Rica	De 12,00% a 31,50%	-	-	1.322	-
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>19.535</u>	<u>-</u>
Curto prazo		-	-	15.897	-
Longo prazo		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.638</u>	<u>-</u>
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>19.535</u>	<u>-</u>

- (a) Refere-se a operações de capital de giro das investidas, denominadas em dólares norte-americanos e pesos chilenos, com taxas prefixadas entre 5,80% a 6,60% ao ano.
- (b) Refere-se a operações de capital de giro das investidas, denominadas em colon costa riquenho, com taxa de 10,00% ao ano.

A movimentação dos empréstimos e financiamentos no exercício é conforme segue:

	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-
Saldo por aquisição de investimento	17.221
Captações	4.000
Pagamento de principal	(1.655)
Juros apropriados	962
Juros pagos	(848)
Variação Cambial	<u>(145)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>19.535</u>

17. ARRENDAMENTO MERCANTIL

	Encargos financeiros	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
		<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Moeda nacional:					
Arrendamento mercantil	8,45% a 13,22%	3.265	-	17.045	-
Curto prazo		619	-	4.478	-
Longo prazo		<u>2.646</u>	<u>-</u>	<u>12.567</u>	<u>-</u>
		<u>3.265</u>	<u>-</u>	<u>17.045</u>	<u>-</u>

A movimentação dos arrendamentos mercantis no exercício é conforme segue:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	-
Saldo por aquisição de investimento		2.406
Captações	3.388	17.824
Pagamento de principal	(123)	(3.185)
Juros apropriados	254	1.276
Juros pagos	(254)	(1.276)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>3.265</u>	<u>17.045</u>

18. DEBÊNTURES

	<u>Controladora e Consolidado</u> <u>2019</u>
Principal	196.744
Custos de transação a amortizar	(628)
	<u>196.116</u>

	<u>Controladora e Consolidado</u> <u>2019</u>
Curto prazo	10.764
Longo prazo	185.352
	<u>196.116</u>

A movimentação das debêntures no exercício de 2019 foi conforme segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2018	-
Integralização de debêntures	1.025.276
Custas sobre emissão	(628)
Amortização de principal	(5.446)
Juros e custas apropriados	15.943
Juros pagos	(2.192)
Capitalização de debêntures conversíveis	<u>(836.837)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>196.116</u>

1ª emissão de debêntures

Em 9 de janeiro de 2019, a Companhia integralizou a 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em duas séries, por meio de oferta pública de valores mobiliários distribuídas com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, no montante total de R\$160.000, sendo R\$80.000 na primeira série e R\$80.000 na segunda série, ambas remuneradas pela variação do DI acrescida de juros anuais de 1,85%, com prazo de vigência de 12 (doze) anos. As debêntures foram integralizadas mediante a utilização de créditos detidos pelo Banco Bradesco S.A. contra a Aceco TI. Os créditos recebidos pela Companhia foram utilizados para a integralização do aumento do capital social da Auckland no momento da reorganização societária que se deu em 9 de janeiro de 2019.

2ª emissão de debentures

Em 9 de janeiro de 2019, a Companhia integralizou a 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, em série única, para colocação privada, nos termos e condições do Instrumento Particular da Segunda Emissão de Debêntures, firmado entre a Companhia e Sirius – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados ("FIDC Sirius"), no montante total de R\$30.000, tendo sido integralizado o montante de R\$28.180 conforme boletim de subscrição. Esta emissão é remunerada pela variação do DI acrescida de juros anuais de 4,00%, com prazo de vencimento em 25 de junho de 2021. As debêntures foram integralizadas mediante a utilização de créditos detidos pelo FIDC Sirius contra a Auckland, os quais foram utilizados pela Companhia para a integralização do aumento do capital social da Auckland no momento da reorganização societária que se deu em 9 de janeiro de 2019. As debêntures emitidas e não integralizadas foram canceladas conforme as condições do Instrumento particular de emissão.

3ª emissão de debentures

Em 9 de janeiro de 2019, a Companhia integralizou a 3ª (terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, em duas séries, para colocação privada, nos termos e condições do Instrumento Particular da Terceira Emissão de Debêntures, firmado entre a Companhia e o FIDC Sirius, no montante total de R\$1.100.000, sendo R\$10.000 da primeira série e R\$1.090.000 da segunda série. Os montantes integralizados foram R\$10.072 para as debêntures da primeira série e R\$826.843 para as debêntures da segunda série. A Emissão das debêntures da primeira série é remunerada pela taxa de juros anual de 13,00%, com prazo de vencimento indeterminado e a emissão das debêntures de segunda série é remunerada pela taxa de 20,00% sobre o lucro líquido da Companhia, ajustado conforme as condições do Instrumento particular de emissão. As debêntures foram integralizadas mediante a utilização de créditos detidos pelo FIDC Sirius contra a Auckland e a Aceco, os quais foram utilizados pela Companhia para a integralização do aumento do capital social da Auckland no momento da reorganização societária que se deu em 9 de janeiro de 2019. As debêntures emitidas e não integralizadas foram canceladas conforme as condições do Instrumento particular de emissão.

Em 20 de dezembro de 2019, houve o aditamento aos instrumentos particulares da 2ª (segunda) e da 3ª (terceira) emissão de debêntures, sendo que as mesmas tiveram a característica de conversibilidade alterada de debentures simples para debentures conversíveis em ações da Companhia, podendo esta conversão ocorrer a qualquer momento mediante solicitação.

19. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
COFINS a recolher	1	-	3.513	194
PIS a recolher	-	-	702	42
ISS a recolher	1	-	873	507
ICMS a recolher	1	-	70	4
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF a recolher	4	1	277	71
IRPJ a recolher	-	-	804	1.007
CSLL a recolher	-	-	-	378
IPI a recolher	-	-	20	-
IVA - Latam	-	-	1.915	-
Parcelamento	-	-	876	-
Outros tributos	9	-	424	75
	<u>16</u>	<u>1</u>	<u>9.474</u>	
Curto prazo	16	1	8.868	2.278
Longo prazo	-	-	606	-
	<u>16</u>	<u>1</u>	<u>9.474</u>	<u>2.278</u>

20. SALÁRIOS E ENCARGOS

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Salários, férias e outras gratificações	791	-	7.745	1.136
INSS a recolher	84	-	1.006	71
FGTS a recolher	28	-	309	123
IRRF sobre a folha de pagamento	56	-	633	157
Outras obrigações trabalhistas	-	-	28	12
Circulante	<u>959</u>	<u>-</u>	<u>9.722</u>	<u>1.499</u>

21. PROVISÕES

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Provisão para demandas judiciais:				
Processos tributários	-	-	3.490	-
Processos trabalhistas	-	-	9.747	-
	-	-	13.237	-
Provisões para projetos	-	-	10.071	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>23.308</u>	<u>-</u>

21.1. Provisões para projetos

Em virtude de atrasos nos projetos e obras que podem ser ocasionados por diversos motivos, a Administração, com base nas condições contratuais, estimou uma provisão para multas por atraso. O fato de ter sido constituída provisão para multas não significa que a Companhia não possui justificativas para atrasos e que não argumentará com os clientes para que não ocorra a retenção desses valores no momento do recebimento da fatura.

21.2. Provisões para demandas judiciais

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante certos tribunais e instâncias do poder público, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias e trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base nas informações de seus assessores jurídicos, na análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as pendências em curso.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, as movimentações na provisão para demandas judiciais estão sumarizadas a seguir:

	Consolidado			Total
	Processos tributários (a)	Processos trabalhistas (b)	Provisões para obras e outras	
Saldo incorporado por aquisição	5.061	13.715	14.030	32.806
Complemento de provisão	1.768	298	-	2.066
Pagamentos e reversão de provisão não utilizada	(3.339)	(4.266)	(3.959)	(11.564)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>3.490</u>	<u>9.747</u>	<u>10.071</u>	<u>23.308</u>

Em 31 de dezembro de 2019, a controlada Aceco mantém depositado em juízo o montante de R\$4.567 (R\$2.403 em 2018), classificado na rubrica "Outros créditos", no ativo não circulante.

(a) Processos tributários

O art. 1º da LC 110/2001 instituiu contribuição social devida pelos empregadores em caso de despedida do empregado sem justa causa, à alíquota de 10% (dez) por cento sobre o montante de todos os depósitos devidos, referentes ao FGTS, durante a vigência do contrato de trabalho, acrescido das remunerações aplicáveis às contas vinculadas. A Companhia entrou com processo administrativo solicitando a suspensão da exigibilidade da contribuição, o pedido foi deferido e desde então vem provisionando o referido valor.

Em setembro de 2019, a 1ª instância da Justiça Federal do Distrito Federal julgou improcedente o processo movido pela Companhia, que recorreu e efetuou depósito judicial de R\$1.500 para garantia do débito em discussão e seguimento da mesma.

A Medida Provisória 905 de novembro de 2019 revogou a exigência dos 10% adicionais à título de FGTS no caso de desligamentos sem justa causa. A Administração no momento aguarda a votação da Medida Provisória pelo Congresso Nacional para avaliação quanto ao eventual estorno da provisão em discussão.

(b) Riscos trabalhistas

Do total de riscos trabalhistas, uma parcela refere-se a risco de tributação social e previdenciária sobre certos pagamentos realizados a prestadores de serviços e profissionais autônomos que atuaram na controlada Aceco no período de 2011 a 2016. O risco referente a esses pagamentos em 31 de dezembro de 2019 é de R\$1.312 no consolidado.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e suas controladas estão envolvidas em outros processos e riscos tributários, cíveis e trabalhistas. Com base na avaliação dos assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda estimada como possível em litígios totalizou R\$183.699 (R\$192.472 em 2018), para os quais a Administração da Companhia entende não ser necessária a constituição de provisão para eventuais perdas.

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Processos tributários (a)	123.919	134.637
Processos cíveis	41.834	52.300
Processos trabalhistas	17.946	5.535
	<u>183.699</u>	<u>192.472</u>

(a) Os riscos tributários referem-se a riscos possíveis sobre multas de impostos a recolher estimados com base nas análises de nossos assessores jurídicos, que foram contratados especificamente para a avaliação destes riscos.

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

Em 9 de janeiro de 2019, em Assembleia Geral Extraordinária, foi deliberada e aprovada a emissão de 30.000 (trinta mil) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, integralizadas pela NTN Participações S.A. pelo preço total de emissão de R\$21.000, do qual o montante de R\$2 foi destinado a aumento do capital social, passando dos atuais R\$1.200 para o montante de R\$1.202 totalmente subscrito e integralizado, e a quantia excedente de R\$20.998 foi destinada para formação de reserva de capital, nos termos da Lei da Sociedade por Ações.

Em 9 de janeiro de 2019, em Assembleia Geral Extraordinária, foi deliberada e aprovada a aquisição pela Companhia e a permanência em tesouraria e posterior cancelamento de 40.000 (quarenta mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia de titularidade do acionista Vaner Benedito Soares da Silva, pelo montante total de R\$6.858. Em seguida foi aprovada a aquisição pela Companhia e a permanência em tesouraria e posterior cancelamento de 40.000 (quarenta mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia, sendo 20.000 (vinte mil) de titularidade do acionista Antonio Donizete Lopes Bob, pelo montante total de R\$6.858, e 20.000 (vinte mil) de titularidade do acionista Eduardo Casassanta Marini, pelo montante total de R\$6.858. Tendo sido pago nesta data o montante de R\$5.575, R\$1.858 para cada um dos acionistas, o valor residual de R\$15.000 será pago em até 36 (trinta e seis) meses a partir de 9 janeiro de 2019, mediante uma ou mais parcelas, sendo devido o montante de R\$5.000 para cada um dos acionistas.

O preço de recompra aprovados e praticados para a aquisição das ações não excederam o saldo de lucros e reservas de capital e o seu pagamento pela Companhia não acarretou diminuição do capital social.

Em ato subsequente foi aprovado o cancelamento de 130.000 (cento e trinta mil) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia, mantidas em tesouraria, sem redução do capital social, das quais 80.000 (oitenta mil) ações correspondem às ações que foram adquiridas pela Companhia conforme supra citado e 50.000 (cinquenta mil) ações que já se encontravam em tesouraria da Companhia em razão de aquisições anteriores.

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2019 é de R\$1.202, equivalente a 100.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. A composição dos acionistas em 31 de dezembro de 2019 é como segue:

<u>Acionistas</u>	<u>Classe</u>	<u>Ações</u>	
		<u>Quantidade</u>	<u>%</u>
NTN Participações S.A.	Ordinárias	30.000	30,00
Eduardo Casassanta Marini	Ordinárias	30.000	30,00
Antonio Donizete Lopes Bob	Ordinárias	30.000	30,00
Vaner Benedito da Silva	Ordinárias	10.000	10,00
		<u>100.000</u>	<u>100,00</u>

Reserva de capital

Refere-se à reserva oriunda do processo da incorporação reversa da antiga controlada Auckland, ocorrida em 30 de abril de 2019 pela Aceco. Nesta data houve a baixa do investimento na Auckland (R\$255.351) e o registro da participação no patrimônio líquido da Aceco (R\$357.336), sendo a diferença registrada na conta de reserva de capital no montante de R\$101.985.

Em 20 de dezembro de 2019, conforme aditamento ao instrumento particular da 3ª (terceira) emissão de debentures, foi alterada a característica de conversibilidade das debentures simples, passando estas a ser debentures conversíveis em ações da emissora a qualquer momento mediante solicitação. Do total de debentures emitidas, o montante de 9.993.868 (nove milhões, novecentas e noventa e três mil e oitocentas e sessenta e oito) de debentures referentes à primeira série, e 826.843.075 (oitocentas e vinte e seis milhões, oitocentas e quarenta e três mil e setenta e cinco) de debentures referentes à segunda série, foram capitalizadas à conta de reservas de capital pelo valor total de R\$836.837 (R\$1 cada), totalizando 836.836.943 (oitocentas e trinta e seis milhões, oitocentas e trinta e seis mil e novecentas e quarenta e três) debentures.

Ajustes de avaliação patrimonial

Nessa rubrica são reconhecidas as diferenças cambiais de conversão das demonstrações financeiras das empresas controladas localizadas no exterior.

Dividendos

A Companhia prevê a distribuição de lucros auferidos aos seus acionistas. Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia apresentou prejuízo e os lucros auferidos no Consolidado ainda não haviam sido destinados, permanecendo em conta de reserva de lucros.

Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro ou prejuízo atribuível aos acionistas da Sociedade pela quantidade média ponderada de ações em circulação durante o exercício.

	Em reais (R\$) por ação	
	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Resultado básico por ação:		
Ações ordinárias	(2.917,51)	14,99

23. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receita operacional bruta				
Receitas com projetos:				
Mercado nacional	-	-	31.885	10.069
Mercado externo	-	-	5.692	-
	-	-	37.577	10.069
Receitas com serviços de manutenção				
Mercado nacional	-	-	159.612	37.957
Mercado externo	-	-	16.557	-
	-	-	176.169	37.957
Outras receitas	-	-	15.110	583
Total da receita operacional bruta	-	-	228.856	48.609
Impostos sobre vendas e serviços	-	-	(29.033)	(4.581)
Cancelamentos e devoluções	-	-	(4.502)	(32)
Receita operacional líquida	-	-	195.321	43.996
Total da receita operacional bruta:				
Mercado nacional	-	-	203.041	48.609
Mercado externo	-	-	25.815	-
	-	-	228.856	48.609

24. CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS E DAS MERCADORIAS VENDIDAS

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Materiais aplicados em obras e serviços de terceiros	-	-	(48.399)	(12.050)
Pessoal	-	-	(56.084)	(6.653)
Outros custos	-	-	(4.254)	(1.640)
	-	-	(108.737)	(20.343)

25. DESPESAS COM VENDAS

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Comissões e despesas de representação	-	-	(10.598)	(796)
Despesas com pessoal	-	-	(8.701)	(960)
Eventos e viagens	-	-	(2.448)	(305)
Serviços de terceiros	-	-	(2.747)	(470)
Outras despesas	-	-	(873)	(26)
	-	-	(25.367)	(2.557)

26. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Despesas com pessoal	-	-	(10.812)	(1.497)
Serviços advocatícios e despesas jurídicas (a)	(320)	-	3.397	(64)
Depreciações e amortizações	(623)	-	(21.729)	(218)
Serviços de terceiros	(2.020)	(29)	(5.311)	(3.982)
Telefonia e Internet	-	-	(509)	(211)
Aluguéis	-	-	(861)	(868)
Eventos e viagens	-	-	(527)	(963)
Manutenção, limpeza e materiais de escritório	(40)	-	(1.359)	(1.483)
Outras despesas	-	-	(862)	(1.844)
	<u>(3.003)</u>	<u>(29)</u>	<u>(38.573)</u>	<u>(11.130)</u>

(a) Após a reestruturação organizacional, algumas despesas jurídicas que estavam registradas em nome da Auckland, anterior controladora da Aceco e por esta incorporada, foram canceladas, gerando crédito na linha de serviços advocatícios no consolidado.

27. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS, LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Provisão para obsolescência de estoque	-	-	3.142	-
Provisões para riscos	-	-	(3.925)	-
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	-	545	-
Provisão para "overrun" e prejuízo de projeto	-	-	-	(164)
IPTU, IPVA e taxas diversas	-	-	(1.174)	-
Perda de crédito com clientes	-	-	(947)	-
Reversão de provisão de multa em projetos Latam	-	-	10.521	-
Distratos com representantes comerciais	-	-	(6.078)	-
Impostos a recuperar retidos filial Aceco Brasília	-	-	2.926	-
Receita de locação	-	-	1.351	-
Outras despesas e receitas operacionais	(11)	-	812	(65)
	<u>(11)</u>	<u>-</u>	<u>7.173</u>	<u>(229)</u>

28. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receitas financeiras:				
Varição cambial ativa	-	-	20.173	-
Rendimentos com aplicações financeiras	3	-	2.534	8
Juros ativos	11	-	2.367	-
Descontos obtidos	-	-	34	-
Outras receitas financeiras	-	-	12	-
	<u>14</u>	<u>-</u>	<u>25.120</u>	<u>8</u>
Despesas financeiras:				
Juros e multa sobre debêntures	(16.091)	-	(21.487)	-
Varição cambial passiva	-	-	(18.332)	-
Gastos com emissão de apólices	-	-	(499)	-
Despesas bancárias	(12)	(3)	(169)	(30)
Juros sobre empréstimos	(254)	-	(1.366)	-
Juros passivos	(1)	(20)	(2.127)	(125)
Outras despesas financeiras	(38)	-	3.141	(40)
	<u>(16.397)</u>	<u>(23)</u>	<u>(40.839)</u>	<u>(195)</u>

29. SEGUROS (NÃO AUDITADO)

A Companhia e suas controladas mantêm seguros para risco de engenharia, garantia de término do projeto e responsabilidade civil, relativos a danos pessoais de caráter involuntário causados a terceiros e danos materiais a bens tangíveis, assim como para riscos de incêndio, queda de raio, danos elétricos, fenômenos naturais e explosão, seguro de fiança locatícia e seguros de responsabilidade civil de diretores, conselheiros e administradores.

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a Companhia e suas controladas têm como política contratar seguros com cobertura nos seguintes riscos:

	Coberturas	
	2019	2018
Incêndio, raio ou explosão no imóvel	12.900	-
Responsabilidade civil e execução de projetos (*)	61.415	-
"Directors and Officers - D&O"	4.031	-
Outros itens	7.830	-
	<u>86.176</u>	<u>-</u>

(*) Garantia de performance e entrega de projetos no Brasil e exterior.

30. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

30.1. Gestão do risco de capital

A Companhia e suas controladas administram seu capital para assegurar que elas possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A gestão do capital é feita semanalmente pela Administração com o acompanhamento do fluxo de caixa e existência de compromissos nos próximos 6 meses.

30.2. Categorias de instrumentos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Ativos financeiros:				
Empréstimos e recebíveis:				
Caixa e equivalentes de caixa (NE nr.5)	211	9	20.502	627
Contas a receber (NE nr.6)	-	-	38.897	8.465
	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Passivos financeiros:				
Outros passivos financeiros:				
Empréstimos e financiamentos (NE nr.16)	-	-	19.535	-
Arrendamento mercantil (NE nr.17)	3.265		17.045	
Debêntures (NE nr.18)	196.116	-	196.116	-
Fornecedores (NE nr.15)	195	35	32.632	4.390

a) Mensurações ao valor justo reconhecidas no balanço patrimonial e/ou divulgadas

Os seguintes valores justos estimados foram determinados usando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo.

Assim, as estimativas apresentadas não são necessariamente indicativas dos montantes que a Companhia poderia realizar no mercado atual. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologias de estimativas pode ter um efeito significativo nos valores justos estimados.

Para os instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado, a Administração da Companhia e de suas controladas entende que as contas a receber, os créditos e débitos com partes relacionadas, os fornecedores, os empréstimos e financiamentos e as contas a pagar por aquisição de participação, os quais são reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo método dos juros efetivos, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado.

A Companhia utiliza a seguinte hierarquia para determinar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para os ativos ou passivos idênticos.
- Nível 2: "inputs" diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).
- Nível 3: "inputs" para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado ("inputs" não observáveis).

O nível de hierarquia do valor justo para os instrumentos financeiros ativos mensurados a valor justo por meio do resultado da Companhia, apresentados em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, são classificados como Nível 2.

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>Hierarquia de valor justo – 2019</u>	
	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 2</u>
Ativos financeiros:		
Caixa e equivalentes de caixa	211	20.502
	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>Hierarquia de valor justo – 2018</u>	
	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 2</u>
Ativos financeiros:		
Caixa e equivalentes de caixa	9	627

No decorrer dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, não houve transferências entre avaliações de valor justo Nível 1 e Nível 2 nem transferências entre avaliações de valor justo Nível 3 e Nível 2.

A Companhia e suas controladas não têm a prática de operar com derivativos nem nenhum outro ativo que apresentem características especulativas. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a Companhia e suas controladas não possuíam instrumentos financeiros não contabilizados nem instrumentos financeiros derivativos.

30.3. Objetivo da Administração dos riscos financeiros

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando liquidez, rentabilidade e segurança.

A contratação de instrumentos financeiros, com o objetivo de proteção, é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir (câmbio e taxa de juros, entre outros), o qual é submetido aos órgãos competentes da Administração para aprovação e posterior operacionalização da estratégia apresentada.

A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo em derivativos nem em nenhum outro ativo de risco. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

30.4. Riscos de mercado

A Companhia, através de suas controladas, dedica-se à realização de projetos de “data centers” e salas-cofre no contexto do mercado de infraestrutura para Tecnologia da Informação - TI. Além dos riscos que afetam de modo geral esse mercado, tais como interrupções de suprimentos e volatilidade do preço dos materiais e equipamentos de TI e de construção, pode também haver risco de mudanças no investimento em infraestrutura voltada para TI, assim como eventuais alterações de regulamentos e leis aplicáveis a essa indústria.

Dessa forma, as atividades de suas controladas são afetadas de forma geral por diversos riscos de mercado, os quais representam o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de determinado instrumento financeiro oscilem devido às variações nas taxas de juros e índices de correção.

O gerenciamento do risco de mercado é efetuado pela Administração, com o objetivo de garantir que a Companhia e suas controladas estejam expostas somente a níveis considerados aceitáveis de risco no contexto de suas operações.

- i) Risco de câmbio - algumas controladas da Companhia possuem saldos de ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira.
- ii) Risco de taxas de juros - a Companhia e suas controladas possuem aplicações financeiras sujeitas à remuneração vinculada a indexadores (principalmente CDI) contratadas em moeda nacional e subordinadas a taxas de juros vinculadas ao CDI. O risco relacionado a esses passivos resulta da possibilidade de existirem mudanças nas taxas de juros.

a) Gestão do risco de taxa de câmbio

As controladas da Companhia possuem transações em moeda estrangeira; conseqüentemente, surgem exposições às variações nas taxas de câmbio. As exposições aos riscos de taxa de câmbio são continuamente monitoradas de acordo com os parâmetros estabelecidos pelas políticas da Companhia, para avaliar a necessidade de uma eventual contratação de operações para proteger-se do risco de variação cambial.

30.5. Gestão do risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. A Companhia e suas controladas restringem a exposição a riscos de crédito associados a caixa e equivalentes de caixa, efetuando seus investimentos em instituições financeiras avaliadas como de primeira linha e com remuneração em títulos de curto prazo.

Com relação às contas a receber, a Companhia restringe a sua exposição aos riscos de crédito por meio de vendas para uma base ampla de clientes e de análises de crédito contínua. Adicionalmente, inexistem históricos relevantes de perdas. Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, não havia concentração de risco de crédito relevante associado a clientes.

Nas vendas relacionadas a Governo e órgãos governamentais, podem existir riscos de atrasos, inerentes a transações com órgãos públicos, que podem ou não gerar necessidade de captação momentânea de recursos. Da mesma forma, inexistem históricos relevantes de perdas nessas transações.

A tabela a seguir representa a exposição máxima da Companhia a risco de crédito. O valor contábil de ativos financeiros é apresentado líquido de: (a) quaisquer montantes compensados de acordo com o pronunciamento técnico CPC 39; (b) quaisquer perdas por redução no valor recuperável, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 38; e (c) quaisquer garantias reais.

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Contas a receber	-	-	38.897	8.465
Créditos com terceiros	851	-	12.246	-
	<u>851</u>	<u>-</u>	<u>51.143</u>	<u>8.465</u>

30.6. Gestão do risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade de a Companhia e suas controladas não disporem de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em virtude dos prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

As tabelas a seguir foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. À medida que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações e é apresentado conforme segue:

	Taxa de juros efetiva média ponderada	Controladora				Total
		Menos de um ano	De um a três anos	De três a cinco anos	Mais de cinco anos	
31 de dezembro de 2019:						
Fornecedores		195	-	-	-	195
Empréstimos e financiamentos	8,45%	3.265	-	-	-	3.265
Debentures		<u>10.764</u>	<u>28.852</u>	<u>10.500</u>	<u>146.000</u>	<u>196.116</u>
		<u>14.224</u>	<u>28.852</u>	<u>10.500</u>	<u>146.000</u>	<u>199.576</u>
31 de dezembro de 2018:						
Fornecedores	-	35	-	-	-	35
		<u>35</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>35</u>
	Taxa de juros efetiva média ponderada	Consolidado				Total
		Menos de 1 ano	De um a três anos	De três a cinco anos	Mais de cinco anos	
31 de dezembro de 2019:						
Fornecedores	-	32.632	-	-	-	32.632
Arrendamento mercantil	8,45%	17.045	-	-	-	17.045
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	9,00%	4.000	-	-	-	4.000
Empréstimos e financiamentos moeda estrangeira	De 5,80% a 31,50%	15.535	-	-	-	15.535
Debentures		<u>10.764</u>	<u>28.852</u>	<u>10.500</u>	<u>146.000</u>	<u>196.116</u>
		<u>79.976</u>	<u>28.852</u>	<u>10.500</u>	<u>146.000</u>	<u>265.328</u>
31 de dezembro de 2018:						
Fornecedores	-	4.390	-	-	-	4.390
		<u>4.390</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>4.390</u>

31. TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVEM CAIXA

No decorrer dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a Companhia realizou transações não-caixa que não possuem impacto na demonstração do fluxo de caixa, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
<u>Ativo</u>				
Aquisição de controlada	-	510	-	510
Emissão de debentures	1.025.276	-	1.025.276	-
Bens de direito de uso	<u>3.388</u>	<u>-</u>	<u>20.230</u>	<u>-</u>
	<u>1.028.664</u>	<u>510</u>	<u>1.045.506</u>	<u>510</u>
<u>Passivo</u>				
Arrendamento mercantil	3.388	-	20.230	-

32. EVENTOS SUBSEQUENTES

Efeitos do Coronavírus/Covid-19 nas Demonstrações Financeiras

Conforme orientação da CVM de 10 de março de 2020, por meio do Ofício Circular SNC/SEP/nº 02/2020, bem como em atendimento ao CPC 24 - Evento Subsequente, a Administração da Companhia informa que ainda não foi possível identificar alterações significativas nas operações, como queda no volume de vendas, por exemplo, que possam estar relacionadas a um reflexo da epidemia do Coronavírus.

Desta forma, neste momento não é possível estimar quais os riscos e incertezas aos quais a Companhia estará exposta no curto prazo, devido aos impactos ainda imensuráveis em seus negócios, principalmente, em suas controladas, ainda, para seus usuários e fornecedores. Contudo, a Companhia não descarta que os impactos na economia e mercado em geral decorrentes da pandemia do Coronavírus podem afetar adversamente suas operações.